



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 18/04/2019



Defesa Civil de Patos de Minas e Membros do Comitê Cidade Resiliente fazem visita técnica á empresa Yara Brasil Fertilizantes em Serra do Salitre

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Patos de Minas, através do **Comitê Cidade Resiliente**, realizou uma visita técnica à empresa Yara Brasil Fertilizantes no município de Serra do Salitre. A visita faz parte das ações preventivas desencadeadas nos municípios da região do Alto Paranaíba e Noroeste mineiro para **Campanha Mundial das Nações Unidas e da Estratégia Internacional para Redução dos Riscos de Desastres (UNISDR), Construindo Cidades Resilientes, Minha Cidade está se Preparando**, fiscalizando e identificando possíveis riscos e ameaças, principalmente aqueles decorrentes de funcionamento de barragens na região, cadastradas na Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

Participaram das atividades vários membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e do Comitê Cidade Resiliente (CCR) de Patos de Minas, como o Coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) e Coordenador da Defesa Civil de Patos de Minas/MG 2º Tenente BM João Fernandes Caixeta, o Capitão Arthur Fábio Ferreira, Comandante da Companhia Operacional do 12º Batalhão de Bombeiros Militar e Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres e Mudanças Climáticas (CEPED) da COMPDEC de Patos de Minas, o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar em Patrocínio/MG 1º Tenente BM Douglas Batista de Jesus acompanhado de seus assessores bombeiros militares do grupamento de prevenção e vistoria contra incêndio e pânico, o representante da EMATER/MG Henrique Queiroz, o representante da ONG ODS Dionísio Alberto, a Diretora Acadêmica do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres e Mudanças Climáticas (CEPED) da COMPDEC de Patos de Minas Prof. Mestre Eng. Ambiental Patrícia Antunes, a Diretora de Regulação de Urgência e Emergência da Secretaria Estadual de Saúde (SES) da região Macro Noroeste Drª. Maria de Fátima Braz, a representante da Pro Reitora de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Srª. Cilésia Aparecida Pereira, o representante da ONG SOS

Paranaíba Sr. Wilson José da Silva, o representante da Câmara Municipal de Patos de Minas Sr. Vereador Nivaldo Tavares, o representante do Conselho Municipal de Preservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) Paulo Duarte, demais representantes das prefeituras municipais de Serra do Salitre/MG e de Cruzeiro da Fortaleza/MG, estudantes voluntários da Defesa Civil de Patos de Minas/MG e funcionários da Empresa Yara Brasil Fertilizantes os quais recepcionaram os membros do Comitê Cidade Resiliente através da funcionária do setor de comunicação social Sr^a. Helga Pereira.

Segundo o Coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) e Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil de Patos de Minas, 2^o Tenente BM Fernandes, “através do apoio de vários órgãos dos entes federativos, Estado, União e municípios, universidades, sociedade civil organizada, no contexto da busca de uma cultura de resiliência a desastres, estamos fazendo uma coleta de dados nas empresas da região. Estamos conhecendo melhor as estruturas das empresas, seu funcionamento quanto à preparação para desastres e conhecendo de perto os riscos potenciais principalmente quanto relacionados as barragens de rejeito.

Foi constatado que há um Plano de Ação de Emergências para Barragens (PAEBM) já devidamente protocolado na Defesa Civil em Patos de Minas. Este plano estabelece medidas em caso de rompimento de barragem, bem como um Plano de Segurança de Barragens (PSB). Também foi apresentado ao **Comitê Cidade Resiliente**, a responsável pelo PAEBM, a Engenheira Civil Luciana bem como a Coordenadora de Saúde, Segurança e Meio Ambiente Sr^a. Angélica Lucas Damasceno. Ainda, segundo Fernandes, os membros do Comitê visitaram três barragens no empreendimento em Serra do Salitre da Yara Brasil Fertilizantes, sendo que duas são de água (Barragens Sabão 1 e 2) e uma barragem de rejeito de mineração (Barragem do Jacu).

O processo de construção do maciço da barragem de rejeito informado pela empresa é pelo método de alteamento jusante, diferentemente diferentes do método utilizado na construção das barragens de Mariana e Brumadinho (alteamento pelo método a montante).

Conforme informado pela empresa ao **Comitê Cidade Resiliente** o Plano de Ação de Emergência a Barragens de Mineração da empresa (PAEBM), a empresa já cadastrou vinte e dois moradores na área de 10 km em linha reta, na chamada Zona de Auto Salvamento, e que já estão preparando treinamentos e simulados com todas as orientações e indicações de como atuar num caso de rompimento.

Segundo a empresa estão sendo instalados 7 (sete) alarmes/sirenes nas áreas das barragens em povoados e comunidades rurais que poderiam ser afetados em caso de algum desastre. O monitoramento das barragens é feito também através de instrumentos (piezômetros) que são monitorados e inspecionados regularmente realizadas por equipes especializadas que vão a campo observar as estruturas.

Foi informado que um sistema de emissão de dados via rádio está sendo implementado esta semana na área das barragens para transmissão com mais

agilidade e eficiências de informações a uma central informatizada. Estes dados são reportados regularmente as agências reguladoras bem como fiscalizados pela FEAM.

Na oportunidade também foi informado pela empresa que os atestados de estabilidade das barragens estão atualizados em data de 28/03/2019 e que é informado aos órgãos competentes de fiscalização, semestralmente, realizado por auditorias setoriais independentes.

Segundo Fernandes, de acordo com a destinação do uso da barragem, existe um órgão que fiscaliza a estrutura. No caso de captação e água para consumo humano, animal ou agricultura, a responsabilidade é da Agência Nacional de Águas (ANA). A estruturas para o descarte de minério ficam a cargo da Agência Nacional de Mineração e as estruturas usadas para a produção de energia elétrica ficam subordinadas a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Segundo Capitão BM Arthur do CBMMG e do Centro de Estudos de Pesquisas sobre Desastres e Mudanças Climáticas da Defesa Civil de Patos de Minas, a empresa Yara Brasil Fertilizantes informou que contratou uma empresa canadense especializada para elaboração de um plano de contingência, um plano de ação para resposta e um plano pós desastre para o empreendimento de Serra do Salitre/MG, que deverão ser finalizados até o primeiro semestre de 2019. Ainda, serão realizados junto com a comunidade local, treinamentos e simulados de evacuação junto com o Corpo de Bombeiros Militar e a Defesa Civil em Patos de Minas/MG, a fim de reduzir os riscos de desastre bem com as pessoas da empresa e da comunidade estarem prevenidas e preparadas para eventuais desastres.

Por fim, foi informado pelo Coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) e Coordenador da COMPDEC, 2º Tenente BM João Fernandes Caixeta que não foi diagnosticado qualquer risco iminente de rompimento das barragens durante a visita técnica. Foi informado pela empresa Yara Brasil Fertilizantes que os procedimentos de segurança para evitar desastres estão sendo feitos regularmente e fiscalizados pelos órgãos competentes.

Segundo Fernandes, outras visitas técnicas estarão sendo realizadas pelos membros do Comitê Cidade Resiliente nas próximas semanas a fim de que toda a população esteja informada sobre os riscos e ameaças na região, sentido-se seguras. Importantes salientar que todas as ações realizadas estão inseridas no contexto da **Campanha Mundial das Nações Unidas Construindo Cidades Resilientes Minha Cidade está se Preparando.**

A DEFESA CIVIL SOMOS TODOS NÓS!

por João Fernandes Caixeta, 2º TENENTE BM

Coordenador do Comitê Cidade
Resiliente de Patos de Minas/MG

Coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR)

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil de Patos de Minas/MG

Comitê Cidade Resiliente: “Acreditamos na construção de comunidades resilientes, inteligentes, sustentáveis e inclusivas”.

FONTE: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/noticias/read.php?id=8396>



Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

Apesar de queda na renda, IDH municipal teve alta no Brasil em 2016-2017

Entre 2016 e 2017, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil apresentou crescimento leve, de 0,776 para 0,778, mesmo com a diminuição da renda per capita no biênio. É o que revelam os novos dados do Radar IDHM, divulgados nesta terça-feira (16).

Levantamento detalha os indicadores do desenvolvimento humano no Brasil, nas unidades federativas e em regiões metropolitanas. O índice geral é calculado a partir de três dimensões — renda, educação e longevidade.

Entre 2016 e 2017, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil apresentou crescimento leve, de 0,776 para 0,778, mesmo com a diminuição da renda per capita no biênio. É o que revelam os novos dados do Radar IDHM, divulgados nesta terça-feira (16). Levantamento detalha os indicadores do desenvolvimento humano no Brasil, nas unidades federativas e em regiões metropolitanas. O índice geral é calculado a partir de três dimensões — renda, educação e longevidade.

Os números atualizados do Radar IDHM apontam para uma queda de 0,92% no valor da renda per capita, que passou de R\$ 842,04 para R\$ 834,31 no biênio 2016-2017. Com o decréscimo, houve retração do componente de renda do IDHM — de 0,748 para 0,747.

Mas o impacto foi compensado pelas outras duas dimensões do índice. O crescimento da expectativa de vida, de 75,72 anos para 75,99, alavancou o IDHM Longevidade, que subiu de 0,845 para 0,850.

Já a dimensão Educação, que avançou de 0,739 para 0,742, foi impulsionada pelo subíndice de Frequência Escolar, com aumento de de 0,792 para 0,797.

Embora persistentes, as diferenças entre brasileiros de gênero e cor distintos diminuíram no período analisado. O IDHM da população branca caiu de 0,819 para 0,817, ao passo que o da população negra subiu de 0,728 para 0,732. O resultado é explicado por uma melhoria em todos os quesitos analisados para os negros. Entre os brancos, houve queda nas dimensões Renda e Educação.

Apesar dessa aparente superação das lacunas, brancos ainda ganham cerca de duas vezes mais do que os negros: R\$ 1.144,76 contra R\$ 580,79.

O Radar IDHM também registra uma redução nas desigualdades entre homens e mulheres, em grande parte devido à menor diferença no IDHM Renda. Esse é o único indicador em que o valor observado para as mulheres, quando ajustado às diferenças de rendimento do trabalho, é inferior ao verificado para os homens. Em 2016-2017, o índice de Renda dos homens caiu de 0,818 para 0,814. Já o das mulheres subiu de 0,658 para 0,660.

Estados e regiões metropolitanas

A maior parte das unidades federativas seguiram avançando no desenvolvimento humano entre 2016 e 2017, mas seis estados apresentaram redução no IDHM. Acre (-0,010) e Roraima (-0,006) tiveram as maiores quedas, seguidos por Rio Grande do Norte (-0,005), São Paulo (-0,005), Distrito Federal (-0,004) e Pernambuco (-0,003).

As maiores tendências de crescimento foram observadas no Amazonas (+0,017) e na Paraíba (+0,013). Os estados tiveram crescimento de 2,4% e 1,8%, respectivamente.

As disparidades interestaduais e regionais ainda são significativas: em 2017, o IDHM atingia 0,850 no Distrito Federal e 0,837 em São Paulo, mas alcançava somente 0,687 no Maranhão e 0,683 em Alagoas. Apenas no DF e nos estados do Sul e Sudeste, os valores do IDHM foram superiores à média do país.

O Radar IDHM traz ainda uma coleta ampliada dos dados para 20 regiões metropolitanas (RMs) e para a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina. O índice apresentou tendência de avanço em 11 RMs e na RIDE Grande Teresina.

Em 2017, o IDHM atingia os maiores valores em Florianópolis (0,840) e em São Paulo (0,836) e os menores valores em Macapá (0,746) e Maceió (0,721).

Em 12 regiões metropolitanas, todas elas localizadas no Norte e no Nordeste, o IDHM era inferior ao do país. A dimensão Longevidade foi a única que cresceu em todas as RMs. Já as dimensões Renda e Educação recuaram em dez das 21 regiões analisadas.

A base de dados completa do Radar IDHM e suas análises estão disponíveis no portal <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. As informações são disponibilizadas com o objetivo de estimular a concepção e a implementação de políticas públicas que contribuam para gerar avanços na realidade social e econômica do Brasil, com redução das desigualdades e ampliação das oportunidades de inclusão.

O estudo é resultado de uma parceria de mais de 20 anos entre a Fundação João Pinheiro (FJP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

FONTE:<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/desenvolvimento-humano-no-brasil-tem-leve-crescimento-entre-2016.html>

FONTE:<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>



Austrália: Estrutura nacional de redução do risco de desastres

Essa estrutura foi projetada para orientar os esforços da Austrália para reduzir o risco de desastres associado a riscos naturais. Ele traduz as três primeiras prioridades do Marco de Sendai em ação para o contexto australiano; Embora as estratégias delineadas nesta estrutura sejam aplicáveis aos esforços de preparação e recuperação de desastres, a quarta prioridade da Estrutura de Sendai é amplamente desenvolvida através de outras estratégias nacionais, principalmente a Estrutura Australiana de Preparação para Desastres. A estrutura estabelece uma visão, metas e prioridades para 2030 amplamente alinhadas à Estrutura de Sendai e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030, e delineia estratégias fundamentais para a ação para atendê-las nos cinco anos de 2019 a 2023.

FONTE:<https://www.homeaffairs.gov.au/emergency/files/national-disaster-risk-reduction-framework.pdf>



Costa Rica: Decreto Ejecutivo nº 41095-MP-MTSS

Este artigo institucionaliza uma série de padrões para inclusão, cuidado e proteção de pessoas com deficiência em casos de emergências e desastres. O decreto explora:

- A estrutura e implementação das regras.
- A realização de consultas estreitas e promoção da divisão de pessoas com deficiência e suas organizações na gestão inclusiva de riscos e na implementação de padrões.
- O uso de tecnologias de informação e comunicação para gerenciamento direto e implementação de padrões.
- Uma cooperação e assistência técnica nacional e internacional para a implementação de padrões.
- Planejamento programático e orçamentação para a implementação de padrões e gestão inclusiva de risco.

-O interesse público

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/64835_dne3.pdf

EVENTOS



Organização Internacional para as Migrações (OIM)
Agência das Nações Unidas para as Migrações

OIM recebe inscrições para terceira edição de curso sobre migrações internacionais

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Defensoria Pública da União (DPU) recebem até 18 de abril inscrições para a terceira edição do curso de educação a distância “Uma Introdução às Migrações Internacionais”.

A capacitação é voltada para pessoas que prestam atendimento a migrantes vulneráveis ou que necessitem de uma introdução sistemática ao tema da migração internacional e da governança das migrações no Brasil.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Defensoria Pública da União (DPU) abriram na terça-feira (9) inscrições para a terceira edição do curso de educação a distância “Uma Introdução às Migrações Internacionais”.

A capacitação é voltada para pessoas que prestam atendimento a migrantes vulneráveis ou que necessitem de uma introdução sistemática ao tema da migração internacional e da governança das migrações no Brasil.

A oferta inicial é de 300 vagas, que serão preenchidas por atores de sociedade civil, poder público e serviços universitários de assistência a migrantes ou de organizações congêneres. As inscrições devem ser feitas pelas organizações até 18 de abril, pelo e-mail oimbrasilcursos@iom.int.

O objetivo do curso é aproximar o tema de atores-chave e promover uma reflexão inicial sobre os aspectos fundamentais das migrações internacionais no Brasil, debatendo e apresentando questões como as características que distinguem o migrante de outros segmentos populacionais, os órgãos públicos que atendem migrantes e as principais legislações relacionadas ao tema de migração, refúgio e tráfico de pessoas.

A intenção do curso é fortalecer capacidades de servidores e de instituições públicas e privadas que trabalham diretamente com a população migrante e que não tenham recebido formação específica.

De acordo com o chefe de missão da OIM Brasil, Stéphane Rostiaux, o sucesso das primeiras edições levou a uma ampliação da parceria entre OIM e DPU para a

formação de uma nova turma, reforçando o compromisso das instituições com o fortalecimento de capacidades para a atuação qualificada junto ao público migrante.

Os participantes terão cinco módulos de conteúdo em português ao longo de cinco semanas, entre os dias 2 de maio e 2 de junho 2019, pela plataforma online da Escola Superior da Defensoria Pública da União. Ao fim de cada módulo, haverá uma avaliação parcial e outra global.

Parte do projeto “Fortalecendo a assistência jurídica aos migrantes no Brasil e promovendo sua inserção no mercado de trabalho”, as duas edições anteriores do curso foram financiadas pelo Fundo da OIM para o Desenvolvimento (IDF, na sigla em inglês).

O curso também representa o esforço conjunto de OIM e DPU, que assinaram um termo de cooperação em 2018, para assegurar os direitos dos migrantes no Brasil, assim como garantir as condições para que todo processo migratório seja seguro, ordenado e digno, em benefício dos migrantes e da sociedade brasileira.

Com a assinatura do termo de cooperação, as instituições esperam expandir a parceria, com ações como promoção de capacitações para servidores, defensores e da sociedade civil e ampliar sua atuação conjunta, com a instalação de uma unidade da OIM junto à Defensoria Pública da União em São Paulo.

Como se candidatar?

O processo de inscrição será exclusivamente por e-mail e não serão aceitas candidaturas individuais. As organizações e coletivos interessados devem responder ao edital, [que está https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Vacancy/document/edital_3a_edicao_curso_EaD-DPU.pdf](https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Vacancy/document/edital_3a_edicao_curso_EaD-DPU.pdf)

No processo de seleção, serão privilegiados representatividade regional, pluralismo nos tipos de atividade desempenhada e formação profissional; e será garantida a paridade de gênero. Após a análise das candidaturas, a OIM entrará em contato para informar o resultado do processo seletivo e solicitar a indicação dos nomes e dados dos participantes.



Centro da ONU recebe propostas de pesquisa sobre economia circular no Brasil, Chile, México e Uruguai

O Centro de Tecnologia do Clima ([CTCN](#)) recebe propostas para a realização de pesquisa sobre o estado da economia circular no Brasil, Chile, México e Uruguai. Edital

visa elaborar mapeamento de iniciativas e atores relevantes que trabalhem com modelos sustentáveis de produção e consumo nos países, levando em conta os desafios associados à exploração dos recursos naturais na América Latina. Prazo para envio de candidaturas é 8 de maio.

A economia circular é um modelo econômico e industrial que busca recuperar e reusar materiais já processados, protegendo os recursos naturais da superexploração. O objetivo de sistemas circulares é manter recursos escassos e valiosos em circulação por períodos mais longos, por meio da reciclagem e de diminuições nas perdas de materiais.

Alcançar esses objetivos exige a inclusão de processos como reuso, re-design, reutilização, reciclagem, remanufatura e modelos de negócios disruptivos, entre eles, o produto-como-serviço e o ciclo de vida estendido.

Para lidar com esse desafio, os governos do Brasil, Chile, México e Uruguai solicitaram assistência técnica do CTCN — um consórcio de instituições internacionais, regionais e nacionais que tem o apoio da ONU Meio Ambiente e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), além de ser responsável por atender a pedidos de cooperação tecnológica dos Estados-membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

A pesquisa deve oferecer um plano sobre economia circular e identificar atores-chave, partes interessadas, iniciativas públicas ou privadas, áreas geográficas, oportunidades e barreiras. A abordagem tem que incorporar e focar nos benefícios climáticos que resultariam de um modelo de economia circular. A análise também deve identificar as vantagens que a circularidade traria para o cumprimento dos Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e das metas do Acordo de Paris.

O trabalho deve ser organizado nos seguintes resultados principais:

- Desenvolvimento de um planejamento de implementação e de documentos de comunicação;
- Diagnóstico dos principais atores e iniciativas atuais relacionadas à economia circular em cada país;
- Identificação do valor da economia circular e definição dos benefícios, fraquezas, oportunidades e desafios em cada país;
- Revisão de experiências internacionais;
- Mapeamento de casos bem-sucedidos de aplicação da indústria 4.0 que beneficiem a economia circular no nível internacional e a adoção de práticas no nível local, levando em conta desenvolvimentos tecnológicos nesses países;
- Identificação de projetos potenciais em economia circular para cada país participante, priorizando áreas geográficas específicas.

A proposta completa deve ser enviada pelo portal de aquisições online da UNIDO: <https://procurement.unido.org>. Para acessar termos de referência e

informações sobre a candidatura, (documentos em PDF disponíveis para download ao final da página).

Caso a sua instituição ainda não seja membro da rede CTCN, é possível concorrer à implementação da assistência técnica, com a condição de que uma candidatura completa para a filiação à Rede CTCN seja enviada antes do término do prazo e de que a candidatura seja reconhecida pelo centro. Além disso, o contrato para a implementação, caso a sua proposta seja aceita, fica condicionada à aprovação da candidatura de filiação, feita pelo diretor do CTCN.

Caso o concorrente decida estabelecer parceria com outra instituição para entregar os serviços descritos nos termos de referência do edital, espera-se que a instituição parceira também adira à Rede CTCN.

FONTE: <https://www.ctc-n.org/news/new-ctcnunido-call-proposals-assessment-status-circular-economy-brazil-chile-mexico-and-uruguay>

II FÓRUM DE GESTÃO DE DESASTRES

DESASTRES URBANOS CAUSADOS PELA ÁGUA

27 DE 2019
MAIO
13H AS 21H



INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

<https://www.even3.com.br/desastresagua>

LOCAL:

Newton Paiva
Centro Universitário,
Complexo Silva Lobo.
Av. Silva Lobo, 1730
Grajaú, Belo Horizonte/MG.



Reunião do Comitê
Cidade Resiliente e do
Conselho Municipal de
Proteção e Defesa Civil



**PATOS DE MINAS
MAIS RESILIENTE**



MINHA CIDADE ESTÁ SE PREPARANDO



22abril


14:00hrs.


SALÃO DO JURI UNIPAM



INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>